

Caros Acionistas,

A Administração da CSU CardSystem S.A. ("CSU") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

PERFIL DA COMPANHIA

A CSU CardSystem S.A. é a mais completa provedora de soluções para administração e geração de transações eletrônicas e meios de pagamento, marketing de relacionamento e *contact center* do mercado. Em seus 20 anos de história, a Companhia criou um modelo único e inovador de atuação, com soluções tecnológicas que integram e conectam bancos, financeiras, varejistas, empresas de serviços e consumidores em todo o País.

A unidade de negócios CSU CardSystem, especializada na gestão e processamento de meios de pagamento, consolida também os resultados das divisões CSU Acquirer, que presta serviços aos adquirentes de transações eletrônicas de pagamento e CSU MarketSystem, que prevê e integra soluções de marketing direto para ações de *customer engagement*. A segunda unidade, CSU Contact, atua no segmento de *contact center*, gerindo múltiplos canais de acionamento *on-line* e *off-line*, possibilitando o desenvolvimento de programas eficientes para aquisição, recuperação, cobrança e atendimento a clientes. Isso permite à Companhia flexibilidade de customização de serviços, acesso a novos mercados e pioneirismo no lançamento de produtos e soluções.

Também como parte de sua missão, a Companhia investe em programas de responsabilidade social, por meio do Instituto CSU, de forma a contribuir com o desenvolvimento das comunidades que cercam suas unidades.

Em 2012, a primeira empresa do seu segmento a abrir capital na BM&FBovespa, em 2006, já credenciada a integrar o Novo Mercado, sob o código de negociação CARD3.

São sete mil colaboradores em São Paulo, Barueri, Belo Horizonte e Recife.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2012, ano em que completou 20 anos de fundação, a CSU se renovou. Em um mundo em constante mudança, buscar a inovação é fator de sucesso. A CSU é uma Companhia que tem seu DNA a tecnologia e a sensibilidade para antever alterações em hábitos de consumidores, mercados e ciclos de negócios. Porque antecipar os desejos dos clientes e encontrar soluções é o que nos move e o que nos dá orgulho.

Reinventing faz parte de nossa história. Em 1992, quando foi fundada, a Companhia trouxe ao mercado um novo modelo para o processamento de meios eletrônicos de pagamento. Fomos a primeira empresa independente do País a hoje somos a que detém um conjunto de soluções mais amplo à prestação de serviço em modelo *full service*, o que engloba *contact center*, *crédito&cobrança*, *BPO* (Business Process Outsourcing) e programas de fidelização à plataforma de processamento, com dezenas de serviços agregados. O Brasil mudou nos últimos 20 anos, trazendo para a Companhia vitórias e desafios em todas as linhas de negócios.

No segmento de meios de pagamento, a altíssima concentração bancária nos estimulou a buscar negócios em novos segmentos de mercado e regiões do País, tornando-nos referência em soluções para varejistas e ficando nossa bandeira de norte a sul do Brasil, com um modelo customizado para emissores regionais e adquirentes, com a plataforma CSU Acquirer. No ano de 2012, como resultado desse esforço, a CSU venceu todas as concorrências importantes em meios de pagamento. O segmento de *contact center* significou uma diversificação importante para os negócios da Companhia. Nestes últimos anos, encaramos o desafio de atuar em um mercado que cresceu se commoditizou. Em resposta, a CSU foi capaz de criar um modelo de atuação diferenciado e com melhor potencial de rentabilidade, investindo e apostando em tecnologia, pessoas e excelência operacional. Em 2012, anunciamos uma nova era para os negócios da Companhia, com o lançamento de soluções e a entrada em mercados intensivos em tecnologia e com alta rentabilidade que, com nosso talento desbravador, ajudaremos a desenvolver. A CSU está expandindo seu posicionamento estratégico e, através da CSU MarketSystem, inova mais uma vez lançando o OPT+e, uma completa plataforma de *e-commerce*, um *shopping corporativo on-line* que permitirá a nossos clientes criar fontes adicionais de receita e aumentar a atratividade de premiação de programas de fidelidade. E, com o C360, uma plataforma integrada multicanal para relacionamento com os consumidores, a CSU Contact coloca à disposição do mercado uma solução inédita, que aumenta a eficiência de contatos, com redução de custos.

Com a efetiva sinergia entre as unidades, a CSU está posicionada para o futuro. Temos tradição, confiabilidade, solidez e capacidade de investimento. Temos excelência em tecnologia e competência no mercado corporativo, para proporcionar a nossos clientes soluções completas de negócios. Temos capital humano formado por 7 mil profissionais, que juntos customizam diferentes produtos. Sabemos o que precisa ser feito. E executamos com agilidade, o que nos permite aproveitar oportunidades. Somos uma empresa com visão e determinação, que acredita que desafios fazem parte de nossos sonhos e nos levarão ao futuro.

O ANO DE 2012 PARA A CSU

No cenário econômico, houve redução expressiva das taxas de juros no Brasil em 2012. Como resultado do ambiente internacional de incertezas, baixo crescimento do PIB e reduzida atividade industrial, a taxa Selic encerrou o ano em 7,25% a.a., após sucessivos cortes. A inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) chegou a 5,84%, acima do centro da meta, estipulado em 4,5%. Neste cenário, o PIB fechou 2012 com crescimento de 0,9%, também distante da previsão de 4,0% a 4,5%. A taxa média de desemprego em 2012 foi de 5,5%, o menor patamar desde o início da série (março 2002) do IBGE.

No setor de meios eletrônicos de pagamento, cresce cada vez mais o uso dos cartões no total dos meios de crédito. Ao fim de 2011, 26,8% desses gastos foram realizados por meio de cartões, sejam eles de família, débito, loja ou rede, segundo estimativa da ABECIS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), devendo alcançar 41% destes gastos até 2015. Para os próximos anos, espera-se crescimento no mercado de cartões pré-pagos, promovendo maior inclusão financeira. Além disso, o pagamento via celular começa a ganhar espaço no Brasil, tornando-se mais uma opção. O mercado deve conquistar ainda mais emissores e novos segmentos passarão a aceitar cartão, ampliando a rede de estabelecimentos nos quais o consumidor pode utilizar meios eletrônicos de pagamento.

No mercado de *contact center*, a desoneração da folha de pagamentos introduzida pela Lei 12.546/11 beneficiou o setor como um todo, tão dependente de mão de obra. As empresas passaram a colher entre 2,0% e 2,5% do faturamento, em vez de 20% sobre a folha de pagamento. Esta diminuição de custos foi fundamental para permitir novos investimentos em atração, treinamento e desenvolvimento dos profissionais qualificados. Estima-se que a indústria de *call center* no Brasil tenha encerrado 2012 com faturamento de R\$ 10,8 bilhões, o que representa crescimento de 10% em relação a 2011.

No longo do ano, a CSU trabalhou diligentemente na diversificação de suas fontes de receita, com foco especial no fortalecimento de sua competitividade. A Companhia está ampliando a oferta de soluções e serviços para novos mercados endereçáveis, visando novos segmentos de atuação e a potencialização de ativos existentes.

As conquistas comerciais de 2012 foram bastante positivas. A CSU está dando continuidade às bem sucedidas iniciativas com foco no mercado de emissores de médio porte. Além de ter vencido as duas licitações públicas ocorridas este ano, do Banco do Nordeste e do Barpará, a unidade de negócios CSU CardSystem conquistou um novo contrato para migração dos cartões emitidos pelo Banco Fibra. A plataforma CSU Acquirer apresentou crescimento significativo de receita este ano, puxado pela efetiva entrada do Banrisul no mercado de adquirencia, uma vez homologado pelas bandeiras Visa e MasterCard, com aceleração da estratégia de afiliação de estabelecimentos comerciais à rede Banricompras.

A CSU se posiciona como provedora de soluções completas na Administração e geração de transações eletrônicas, maximizando a sinergia potencial entre suas atividades. Assim, com o entendimento de que o negócio da CSU é derivado das transações eletrônicas - e não somente dos meios de pagamento - foi desenvolvida uma nova família de produtos (OPTe+), totalmente integrada ao ambiente *web*. OPTe+ é um verdadeiro *e-marketplace* com ampla diversidade de fornecedores (produtos, viagens, compras coletivas, entretenimento, leilões e serviços) integrados em uma única plataforma que possibilita às empresas clientes desenvolver programas de relacionamento, premiações, promoções e *shopping*

virtual, customizados às suas necessidades. Estas soluções são parte da ampliação do escopo de atuação da CSU MarketSystem, tradicional processadora e gestora de programas de fidelidade da CSU. Com 10 anos de história, a CSU MarketSystem atua no segmento de *customer engagement*, um mercado de R\$ 4 bilhões no Brasil. A CSU Contact, por sua vez, em linha com o foco de priorizar operações de maior valor agregado e maior complexidade de execução, conquistou diversos novos clientes. Ao mesmo tempo, os *sites de contact center* do Rio de Janeiro e de São Paulo, que foram descontinuados no final de 2011 e primeiro semestre de 2012, respectivamente, foram um passo bem sucedido para alcançar melhor rentabilidade nesta unidade de negócio.

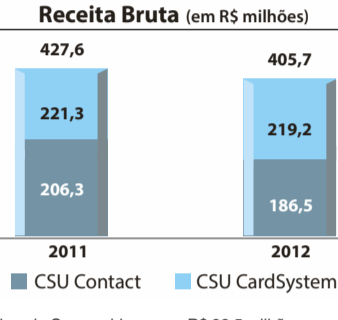
Além disso, desenvolveu uma solução denominada C360: uma plataforma que integra base de dados (*BI, analytics* e modelagem estatística), gerenciamento de campanhas e múltiplos canais de acionamento *on-line* e *off-line*, possibilitando o desenvolvimento de programas de aquisição, recuperação, cobrança e relacionamento com clientes com maior eficiência e redução de custos. Trata-se de uma solução inovadora, única no mercado brasileiro: uma reletura mais rentável e de maior valor agregado do modelo de negócio de *call center*. Empresas de diferentes segmentos e portes poderão se beneficiar desta solução, seja para incrementar suas vendas, seja para estreitar o relacionamento com seus clientes atuais e potenciais. Somente nas disciplinas de cobrança e tele vendas, este mercado apresenta um faturamento de R\$ 7,5 bilhões no Brasil.

Há que se mencionar também a entrada da CSU no negócio de terceirização de infraestrutura e serviços de TI, o que permitirá à Companhia oferecer serviços de *hosting, collocation* e *full outsourcing*. Estão sendo feitos investimentos em elevados padrões de qualidade e disponibilidade para alcançar a certificação internacional Tier III, ideal para processamento de altos volumes de dados em processos de missão crítica. Um mercado em franca expansão no Brasil, estimado em cerca de R\$ 10 bilhões para 2013 e que vem apresentando crescimento anual acima de 15% nos últimos anos. Estrategicamente, a CSU está transferindo para o *site* de Alphaville, em Barueri, seu *datacenter* de contingência, atualmente localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo, o que deverá garantir altíssimos níveis de disponibilidade do ambiente de processamento para seus clientes atuais e futuros.

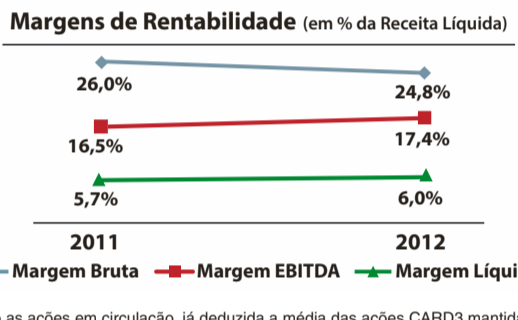
Estes movimentos são parte do plano de retomada de crescimento da Companhia, já considerando a finalização do contrato de processamento dos cartões do HSBC ao fim de 2012. A Losango, financeira do grupo HSBC, segue processando seus cartões com a CSU. A migração impacta o resultado do negócio de meios eletrônicos de pagamento temporariamente, até que a entrada em operação dos novos clientes e o crescimento orgânico dos clientes da base recomponham os níveis de geração de resultado. Como um acelerador deste processo, há que se considerarem as perspectivas de resultados positivos atrelados aos novos negócios, mencionados anteriormente, que vão fortalecer a CSU em mercados com elevado potencial de crescimento.

RECEITAS, EBITDA E MARGEM DE RENTABILIDADE

Em 2012, a unidade de negócios CSU CardSystem continuou ampliando sua representatividade no mix de receitas da Companhia e terminou o ano com participação de 54% do faturamento, com os demais 46% representados pela CSU Contact. A receita bruta somou R\$ 405,7 milhões, inferior ao montante gerado em 2011 principalmente em função do encerramento das operações de dois *sites de contact center*, uma das bem sucedidas iniciativas implantadas para recuperar a rentabilidade desta unidade de negócio, que encerrou o ano com 3,9 mil posições de atendimento. Ao longo de 2012, a base de cartões cadastrados na unidade de negócios CSU CardSystem atingiu a média de 19,9 milhões de plásticos.



No ano, o lucro bruto gerado pela Companhia somou R\$ 92,5 milhões, o que equivale à margem bruta de 24,8%. A margem EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, calculado conforme ICMV 527) atingiu 17,4% neste exercício, totalizando R\$ 64,8 milhões, montante similar ao gerado no ano de 2011. Assim, o lucro líquido alcançou R\$ 22,2 milhões, com margem líquida de 6,0%.



Considerando as ações em circulação, já deduzida a média das ações CARD3 mantidas em tesouraria, o lucro por ação no ano foi de R\$ 0,5145, equivalente a 12,3% sobre o preço do papel ao fim do exercício.

ENDIVIDAMENTO E CAIXA

Ao longo de 2012, a CSU seguiu obtendo linhas de crédito com prazos mais longos, o que permitiu reduzir em 15,1% sua dívida de curto prazo. No fechamento do ano, o montante de dívida concentrada no curto prazo correspondia a 22,9% da dívida bruta total. A dívida total terminou o ano em R\$ 60,9 milhões, uma redução de 11,3% no endividamento ano-a-ano. A CSU não possui dívidas em moeda estrangeira e não se utiliza de instrumentos derivativos. O saldo de caixa ao fim do exercício foi de R\$ 19,6 milhões e segue aplicado em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) em bancos de primeira linha. Em consequência, a dívida líquida ficou em R\$ 41,3 milhões no encerramento de 2012.

INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2012, o montante investido pela CSU somou R\$ 22,4 milhões, predominantemente na unidade de negócios CSU CardSystem, equivalente a 6% da receita líquida do ano. A contratação nos investimentos em comparação ao ano anterior está em linha com a nova estratégia de crescimento bastante seletivo da unidade CSU Contact, priorizando a rentabilidade da operação. Na unidade de meios de pagamento, a CSU deu continuidade aos investimentos para aprimorar e customizar sua plataforma utilizada no processamento e administração de cartões, incluindo os montantes ligados ao início da operação dos novos clientes. Ao mesmo tempo, novos projetos foram desenvolvidos, dentre eles as soluções recém-lançadas: OPTe+ e C360.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em milhares de reais			
	Nota	2012	2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa.....	4	19.580	25.968
Aplicações financeiras.....	4	2.750	2.750
Contas a receber de clientes.....	5	47.651	41.894
Estoques.....	6	1.380	1.063
Tributos a compensar.....	12	7.681	5.196
Outros.....		2.595	3.938
		78.887	80.809
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes.....	5	1.128	1.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	13	7.342	7.566
Depósitos judiciais.....	15	65.725	52.767
Outros.....		1.886	499
		76.081	62.056
Imobilizado.....	8	36.626	44.505
Intangível.....	9	145.665	143.567
		182.291	188.072
		258.372	250.128
		337.259	330.937
Total do Ativo.....			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado em Reais					
	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
	2012	2011	2012	2011	
Em 1º de janeiro de 2011.....	129.232	220	6.483	27.595	2.007
Lucro líquido do exercício.....					22.646
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 20).....			50		50
Ações em tesouraria adquiridas (Nota 17).....			(8.795)		(8.795)
Baixa de ações em tesouraria com utilização de reservas.....		(54)	10.911		(10.857)
Dividendos proposto (por ações R\$ 0,0562).....					(7.936)
Destinação do lucro.....					(7.936)
Retenção de lucros.....				14.042	(14.042)
Reserva legal.....					(1.132)
Juros sobre capital próprio (por ações R\$ 0,17).....					(7.472)
Em 31 dezembro de 2011.....	129.232	216	(4.367)	22.844	3.139
Lucro líquido do exercício.....					22.195
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 20).....			62		62
Ações em tesouraria adquiridas (Nota 17).....			(4.504)		(4.504)
Destinação do lucro (Nota 18).....					13.585
Retenção de lucros.....					(13.585)
Reserva legal.....					(1.110)
Juros sobre capital próprio (por ações R\$ 0,17).....					(7.500)
Em 31 dezembro de 2012.....	129.232	278	(8.871)	36.429	4.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em milhares de reais			
	2012	2011	
Receitas			
Prestação de serviços.....	405.663	427.610	
Outras receitas.....	801	1.596	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(74)	(3.570)	
Insumos e serviços adquiridos de terceiros	406.390	425.636	
Custo dos serviços prestados.....	(73.932)	(66.462)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(30.092)	(33.194)	
Valor adicionado bruto.....	(104.024)	(99.656)	
Depreciação e amortização.....	(28.099)	(24.038)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	274.267	301.942	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras.....	5.488	7.937	
Valor adicionado total a distribuir.....	279.755	309.879	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

As operações da CSU CardSystem S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, de gestão e operacionalização de *contact center* e de cobrança e análise de crédito, de desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento, fidelidade, aquisição de clientes e a prestação de serviços a empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento. A Companhia está sediada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada em reunião de Diretoria ocorrida em 1º de março de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas a seguir, aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as Normas de Contabilidade e Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais, relativamente às operações da Companhia, estão, também, de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. Em relação aos pronunciamentos IAS 12 (R) - Tributos sobre Lucro, IFRS 1(R) - Adoção Inicial das IFRS e IFRS 7 (R) - Instrumentos

Financeiros - Divulgação, que foram revisados pelo IASB e passaram a ser aplicados pela primeira vez em 2012, os mesmos não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2012. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado. As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais a Companhia seja parte ré, para fins de mensuração de provisões para passivos judiciais; mensuração da etapa de execução dos serviços não faturados, para fins de reconhecimento das respectivas receitas; projeção de resultados tributários futuros, para identificação da recuperabilidade de créditos fiscais diferidos; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3. **2.2 Apresentação de informação por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), qual seja o Real. **2.4 Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e

RECURSOS HUMANOS

A CSU é, ao mesmo tempo, uma companhia que demanda profissionais e executivos extremamente qualificados e uma empregadora intensiva de mão de obra. Isso traz para a área de gestão de pessoas o desafio de atrair, treinar, desenvolver e reter talentos no topo e na base da pirâmide de emprego. Os 7 mil funcionários da CSU formam o capital humano da organização. A área de gestão de pessoas atua de maneira integrada em todas as unidades de negócios para desenvolver talentos, estimulá-los a criar soluções inovadoras e eficientes e, finalmente, retribuir à sociedade uma parte importante do sucesso da Companhia.

No ambiente de trabalho da CSU Contact, todos os pontos de atendimento e espaços de escritório cumprem a NR-17, norma reguladora criada pelo Governo Federal para oferecer condições de conforto físico e mental aos profissionais de uma empresa prestadora de serviços. Também em 2012, para atrair e selecionar mão de obra qualificada, a CSU intensificou o trabalho com *calls on-line* de seleção de profissionais, anúncios em mídias, envio de oportunidades para Centros de Apoio ao Trabalhador, parcerias com prefeituras, estudo de perfil em redes sociais e convites internos por meio do projeto Indique um Amigo, com destaque para a contratação de pessoas acima de 35 anos. No Conselho de Administração, o treinamento do treinamento o desenvolvimento de talentos e com a ampliação nos investimentos em benefícios motivacionais, a Companhia conseguiu mitigar os efeitos das maiores taxas de absenteísmo e *turnover* de seus equipes. Periodicamente, a CSU desenvolve programas de incentivo ao bem estar e qualidade de vida para seus colaboradores. Uma novidade em 2012 foi o novo Programa de Estágio CSU. Além de aprender as tarefas cotidianas das diversas operações da Companhia, o estagiário é incentivado a diagnosticar áreas críticas e buscar novas soluções para o fluxo de trabalho, engajando-se em um projeto de melhorias. Assim, a Companhia acredita estar desenvolvendo seus futuros líderes, atraído e retendo jovens empreendedores, que buscam um ambiente de trabalho aberto a inovações.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A CSU acredita que prestar apoio e capacitação para a entrada no mercado de trabalho é uma forma eficiente de levar desenvolvimento social e econômico à comunidade. A Companhia fundou, em 2003, o Instituto CSU, uma entidade sem fins lucrativos que já capacitou mais de 18 mil pessoas, entre jovens, mulheres, aposentados e trabalhadores com necessidades especiais. Localizado dentro do *site* de Alphaville, em Barueri, o Instituto oferece cursos de inclusão digital. Todas as ações realizadas são gratuitas e contam com metodologia, equipamentos de última geração e professores qualificados. A CSU também colabora com o meio ambiente. Por ser uma empresa de tecnologia, está inserida em uma atividade não poluente em seu ciclo de produção. Adicionalmente, a Companhia busca aprimorar continuamente projetos sustentáveis em seus *sites* de atendimento, para reciclagem de resíduos, descarte consciente e reuso de água. E política da empresa não contratar serviços ou comprar produtos de empresas poluidoras, que desmatem florestas, que usem matérias-primas de fontes ilegais ou que utilizem trabalho infantil ou escravo.

Ao longo do ano, a CSU participa de ações de solidariedade e realiza campanhas internas com seus colaboradores, a fim de arrecadar materiais escolares, alimentos, roupas e brinquedos, que são distribuídos às comunidades vizinhas dos *sites* de atendimento e beneficiam milhares de famílias carentes.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Aprimorar as práticas de governança corporativa é um dos objetivos contínuos da Administração, que entende que o relacionamento mais aberto com seus diferentes públicos contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas especialmente seu desempenho.

O Conselho de Administração pode ter de cinco a nove membros, de acordo com o Estatuto Social. É prática da Companhia manter maioria de conselheiros independentes. Ao final de 2012, dois dos conselheiros - Alvaro Antonio Cardoso de Souza e Antonio Kandir - apresentaram carta de renúncia ao Conselho da Companhia. Em consequência disso, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2013, os acionistas decidiram pela redefinição do número de assentos de 7 para 5 até que a Assembleia Geral Ordinária seja realizada.

O Conselho Fiscal é de natureza não permanente, conforme Estatuto Social da Companhia. Desde 2008, vem sendo instalado anualmente, sendo composto por três membros efetivos e três suplentes, com consistente histórico profissional e reconhecimento do mercado.

Como empresa de capital aberto, a CSU dispõe também de uma Diretoria de Relações com Investidores, a quem cabe zelar pela qualidade das informações prestadas aos acionistas, sempre respeitando as regras internacionais de *full disclosure*, e também apoiar a Companhia no desenvolvimento de sua governança. Como parte de sua política de relacionamento com o mercado de capitais, a Companhia cumpre anualmente uma agenda de encontros e reuniões. Em 2012, foram realizados mais de 600 contatos com investidores e analistas, seja no Brasil ou no exterior, incluindo *roadshows* em São Paulo, Rio de Janeiro, Nova York, Boston e Santiago do Chile e participações em conferências. Além disso, foram realizados uma reunião pública em São Paulo e encontros com investidores em Curitiba e Porto Alegre. O objetivo é permitir que o mercado de capitais possa ter informações detalhadas não apenas sobre as demonstrações financeiras, mas também sobre a operação e visão de negócios da empresa.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, foro criado pela BM&FBovespa para resolver disputas societárias e do mercado de capitais. Esta possui mecanismos próprios, proporcionando maior agilidade e economia nas matérias a serem decididas. Qualquer interessado, investidor ou empresa, que seja ou não uma companhia aberta, pode utilizar esta estrutura.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

A CSU é controlada direta e indiretamente pelo seu fundador, Marcos Ribeiro Leite, com 56,5% do capital da Companhia. O capital em circulação equivale a 39,3% das ações, considerando o saldo de 4,2% de CARD3 mantidas em tesouraria. A CSU vem executando sucessivos programas de recompra de ações, de forma a demonstrar a confiança da Administração no desempenho operacional e financeiro da Companhia.

A Administração acredita que a aquisição de ações de sua própria emissão teve papel fundamental na preservação do patrimônio dos acionistas. A ação CARD3 encerrou o ano cotada a R\$ 4,19, o que equivale a um valor de mercado de R\$ 195,1 milhões, pouco superior ao valor de seu patrimônio líquido de R\$ 161,3 milhões.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em milhares de reais

passivos judiciais são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a Administração julgue como provável um resultado desfavorável à Companhia e com relação ao qual a perda seja estimável em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável à Companhia seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela Administração com base no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3.3 Receita de prestação de serviços não faturada:** As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços nos termos dos contratos comerciais com os clientes da Companhia. Enquanto não faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos. **3.4 Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:** Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A Administração da Companhia elabora periodicamente, ao final de cada exercício, estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, incluindo consideração de seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a dez anos. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. **3.5 Vida útil de ativos não circulantes:** Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas que, para os exercícios de 2012 e 2011, são as apresentadas a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil econômica (anos)
Móveis e utensílios	9
Instalações	15
Equipamentos	9
Veículos	6
Benefícios em imóveis de terceiros	2 a 4
Computadores e periféricos	4
Ativo Intangível	Vida útil econômica (anos)
Sistemas de processamento de dados	19
Sistemas de customização	24
Sistema ERP	19
Software Vision Plus	24
Cessão de direitos de uso de software	10
Outros	5

3.6 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): O ativo imobilizado, intangível e demais ativos, incluindo o saldo de ágio na aquisição de investimentos, são revisados anualmente, para identificar eventuais evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. O teste de recuperabilidade dos saldos dos Imobilizados e Intangíveis é efetuado considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em premissas e projeções de crescimento, contidos no plano de negócios da Companhia.

	2012	2011
Depósitos bancários à vista		
Bancos - moeda nacional	814	2.123
	814	2.123
Aplicações financeiras		
Renda Fixa - CDB Compromissada	18.766	26.595
	18.766	26.595
Caixa e equivalentes de caixa	19.580	25.968
Aplicações financeiras - curto prazo	2.750	2.750

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2012, são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras em títulos de renda fixa, remuneradas pelo CDI e mensuradas ao valor justo por meio do resultado, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$2.750, que se encontrava cedido fiduciariamente, foi liberado no terceiro trimestre de 2012 por decisão judicial que extinguiu o processo onde a Companhia era parte.

	2012	2011
Depósitos bancários à vista		
Bancos - moeda nacional	814	2.123
	814	2.123
Aplicações financeiras		
Renda Fixa - CDB Compromissada	18.766	26.595
	18.766	26.595
Caixa e equivalentes de caixa	19.580	25.968
Aplicações financeiras - curto prazo	2.750	2.750

8. IMOBILIZADO
Em 31 de dezembro de 2010..... 6.826 8.278 4.081 2.168 6.528 10.153 38.034
Aquisição..... 1.277 842 6.410 273 5.617 3.192 17.611
Alienação e baixa..... 28 (36) (162) 298 (23) (20) (61)
Transferências..... (1.631) (1.038) (1.115) 598 (3.064) (571) (470)
Depreciação..... 6.500 8.045 9.214 2.123 9.031 9.592 44.505
Em 31 de dezembro de 2011..... 17.755 15.200 9.214 4.844 17.831 50.466 120.034
Custo total..... (11.255) (7.155) (4.724) (2.721) (8.800) (40.874) (75.529)
Saldo contábil, líquido..... 6.500 8.045 9.214 2.123 9.031 9.592 44.505
Em 31 de dezembro de 2011..... 6.500 8.045 9.214 2.123 9.031 9.592 44.505
Aquisição..... 257 280 825 740 370 639 3.111
Alienação e baixa..... (5) (4) (3) (146) (4) (192) 35
Transferências..... (1.650) (1.048) (1.427) (638) (2.804) (3.266) (10.833)
Depreciação..... 5.102 7.273 8.613 2.079 8.598 9.961 36.626
Saldos em 31 de dezembro de 2012..... 17.475 15.454 9.667 1.203 18.038 51.101 122.451
Depreciação acumulada..... (12.871) (8.181) (6.140) (2.888) (11.605) (44.140) (85.825)
Saldo contábil, líquido..... 5.102 7.273 8.613 2.079 6.598 6.961 36.626

	2012	2011
Beneficiários em imóveis de terceiros	5.102	7.273
Computadores e periféricos	1.203	1.203
Total	6.598	8.476

A depreciação no exercício alocada ao custo dos serviços prestados monta a R\$9.425 (2011 - R\$8.563), a despesas operacionais R\$1.336 (2011 - R\$1.911) e a gastos com reestruturação em R\$72 (2011 - R\$135) no âmbito do descrito na Nota 25. Das aquisições de imobilizado no exercício, o montante de R\$1.889 (2011 - R\$12.103) foi efetivado por meio de arrendamento financeiro. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros, dados em garantia dessas operações, montam em 31 de dezembro de 2012 o valor residual de R\$ 17.710 (2011 - R\$ 25.339).

	2012	2011
Depreciação acumulada	12.871	8.181
Saldo contábil, líquido	5.102	7.273

9. INTANGÍVEL
Em 31 de dezembro de 2010..... 218 58.780 1.979 12.285 29.410 4.140 26 25.895 132.733
Aquisição..... 2 13.702 104 1.231 9.611 (15) (992) 24.650
Alienação e baixa..... (13) (195) (813) 748 (7) (470)
Transferências..... (13) (5.417) (121) (1.537) (6.199) 4.140 (7) 25.895 (13.294)
Amortização..... 9.167 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Em 31 de dezembro de 2011..... 207 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Custo total..... (8.960) (40.610) (491) (19.942) (50.060) (2) (3.084) (10.950) (134.099)
Amortização acumulada..... 207 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Saldo contábil, líquido..... 207 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Em 31 de dezembro de 2011..... 207 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Aquisição..... 178 12.118 11 2.947 4.073 40 19 19.367
Alienação e baixa..... (42) (277) 284 (32) 35 (35)
Transferências..... (23) (6.441) (125) (2.821) (7.841) (15) (17.266)
Amortização..... 320 71.293 1.848 12.022 30.103 4.140 44 25.895 145.665
Em 31 de dezembro de 2012..... 9.346 118.028 2.464 34.784 88.143 4.142 3.143 36.845 296.895
Custo total..... (9.026) (46.735) (616) (22.762) (58.040) (2) (3.099) (10.950) (151.230)
Saldo contábil, líquido..... 320 71.293 1.848 12.022 30.103 4.140 44 25.895 145.665

	2012	2011
Intangível - sistemas de customização	14.567	14.400
Intangível - software Card 24	1.400	1.400
Total - sistemas de customização e software	18.707	18.707

A amortização no exercício alocada ao custo dos serviços prestados totaliza R\$16.329 (2011 - R\$13.273), às despesas operacionais R\$9.319 (2011 - R\$21) e a gastos com reestruturação em R\$618 (2011 - não houve) no âmbito do descrito na Nota 25. Das aquisições de intangíveis no exercício, o montante de R\$96 (2011 - R\$1.926) foi efetivado através de arrendamento financeiro. (a) Na rubrica "Sistemas customização", são registrados os gastos incorridos na customização dos sistemas (substancialmente os sistemas Vision Plus e Card 24 - vide abaixo) utilizados na prestação de serviços aos clientes. (b) Software Card 24 - Projeto Caixa Econômica Federal: Trata-se de contrato firmado em maio de 2005 entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, compreendendo duas fases, sendo a primeira a implementação de solução integrada de processamento de cartões no ambiente tecnológico da CAIXA e, a segunda, a prestação de serviços de processamento de cartões, nessa solução, por um período de 24 meses. A Companhia cumpriu a primeira fase dentro das condições contratuais e tratativas realizadas com a CAIXA, porém não reconhecida por esta. Após tentativas de entendimentos entre as partes, sem sucesso, a Companhia ingressou com medidas judiciais no ano de 2007 e a CAIXA, em 2008, rescindiu de forma administrativa o Contrato. Em agosto de 2007, a Companhia propôs Medida Cautelar de Produção Antecipada de Provas, objetivando comprovar os serviços prestados referentes à primeira fase e resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos, tendo em dezembro de 2007 proposto ação ordinária pleiteando o ressarcimento e a indenização pelos danos causados à Companhia, pelo não reconhecimento pela CAIXA da conclusão da primeira fase do serviço. A CAIXA também pleiteou indenizações contra a Companhia. A Medida Cautelar acima citada foi deferida em 2009, cumprindo as partes os requisitos legais exigidos, restando apenas a realização da perícia judicial em curso. A Administração, com base na opinião de seus assessores legais, entende que o desfecho dessas ações judiciais será favorável à Companhia. A seguir sumarizamos os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relacionados ao Projeto CAIXA:
Intangível - sistemas de customização..... 14.567
Intangível - software Card 24..... 1.400
Total - sistemas de customização e software..... 18.707

	2012	2011
Passivo circulante	8.661	11.629
Arrendamento mercantil financeiro (I)	5.241	4.772
Empréstimos e Financiamentos (I)	13.922	16.401
Passivo não circulante	13.802	20.200
Arrendamento mercantil financeiro (II)	33.174	32.040
Empréstimos e Financiamentos (II)	46.976	52.240
	60.898	68.641

(b) Os empréstimos e financiamentos são garantidos por recebíveis no montante de R\$11.298 (2011 - R\$11.157) ou notas promissórias que variam entre 100% e 120% do valor dos contratos. Os contratos de arrendamento mercantil são garantidos por notas promissórias que variam entre 100% e 120% do valor dos contratos ou pelos próprios bens objeto dos contratos, conforme apresentado na Nota 8. (c) As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil possuem prazo de pagamento que varia entre 36 e 60 meses e estão registrados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento. (d) Para três contratos de financiamento com saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$5.241 (2011 - R\$11.157), a Companhia está sujeita a manutenção de índice de dívida líquida dividida pelo EBITDA (LAIJDA) (Nota 15), a Companhia está sujeita a manutenção de índice de EBITDA (LAIJDA) dividido pela despesa financeira pelo menos 1,9 vezes maior, que, caso não cumpridos, podem ensejar em liquidação antecipada da dívida. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia encontra-se adimplente em relação a esses contratos. (e) Em dezembro de 2012, a Companhia promoveu uma captação através de contrato de *covenant* de giro em montante de R\$6.000. Esta captação foi realizada em conformidade com as diretrizes de gestão e endividamento da Administração, bem como os principais objetivos: (a) assegurar o crescimento de 2012 e 2011 considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em taxas de crescimento contidas nas projeções da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As taxas de crescimento que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua, considerando melhora na produtividade do uso dos ativos da unidade CSU Contact e a taxa de desconto utilizada foi um intervalo entre 11,3% a.a. e 11,5% a.a. (2011 - 12% a.a.). Os resultados dos testes não indicaram perda de valor a ser reconhecida.

	2012	2011
Passivo circulante	8.661	11.629
Arrendamento mercantil financeiro (I)	5.241	4.772
Empréstimos e Financiamentos (I)	13.922	16.401
Passivo não circulante	13.802	20.200
Arrendamento mercantil financeiro (II)	33.174	32.040
Empréstimos e Financiamentos (II)	46.976	52.240
	60.898	68.641

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL
Em 31 de dezembro de 2010..... 218 58.780 1.979 12.285 29.410 4.140 26 25.895 132.733
Aquisição..... 2 13.702 104 1.231 9.611 (15) (992) 24.650
Alienação e baixa..... (13) (195) (813) 748 (7) (470)
Transferências..... (13) (5.417) (121) (1.537) (6.199) 4.140 (7) 25.895 (13.294)
Amortização..... 9.167 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Em 31 de dezembro de 2011..... 207 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Custo total..... (8.960) (40.610) (491) (19.942) (50.060) (2) (3.084) (10.950) (134.099)
Amortização acumulada..... 207 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Saldo contábil, líquido..... 207 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Em 31 de dezembro de 2011..... 207 65.893 1.962 11.896 33.555 4.140 19 25.895 143.567
Aquisição..... 178 12.118 11 2.947 4.073 40 19 19.367
Alienação e baixa..... (42) (277) 284 (32) 35 (35)
Transferências..... (23) (6.441) (125) (2.821) (7.841) (15) (17.266)
Amortização..... 320 71.293 1.848 12.022 30.103 4.140 44 25.895 145.665
Em 31 de dezembro de 2012..... 9.346 118.028 2.464 34.784 88.143 4.142 3.143 36.845 296.895
Custo total..... (9.026) (46.735) (616) (22.762) (58.040) (2) (3.099) (10.950) (151.230)
Saldo contábil, líquido..... 320 71.293 1.848 12.022 30.103 4.140 44 25.895 145.665

	2012	2011
Operações indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com <i>spread</i> de 1,33% a 4,76% a.a. o vencimento final de contratos firmados até 31 de dezembro de 2012 ocorrerá até 20 de outubro de 2017. Para os contratos de arrendamento mercantil, utilizados nos últimos meses de 2012 e ainda não encerrados, a liquidação é estimada para até 31 de dezembro de 2016.		
(a) Composição do saldo no passivo não circulante, por ano de vencimento:		
2013..... 17.693 16.639		
2014..... 16.395 13.604		
2015..... 10.981 9.062		
2016..... 1.907		
2017..... 46.976 52.240		
(b) Os empréstimos e financiamentos são garantidos por recebíveis no montante de R\$11.298 (2011 - R\$11.157) ou notas promissórias que variam entre 100% e 120% do valor dos contratos. Os contratos de arrendamento mercantil são garantidos por notas promissórias que variam entre 100% e 120% do valor dos contratos ou pelos próprios bens objeto dos contratos, conforme apresentado na Nota 8. (c) As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil possuem prazo de pagamento que varia entre 36 e 60 meses e estão registrados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento. (d) Para três contratos de financiamento com saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$5.241 (2011 - R\$11.157), a Companhia está sujeita a manutenção de índice de dívida líquida dividida pelo EBITDA (LAIJDA) (Nota 15), a Companhia está sujeita a manutenção de índice de EBITDA (LAIJDA) dividido pela despesa financeira pelo menos 1,9 vezes maior, que, caso não cumpridos, podem ensejar em liquidação antecipada da dívida. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia encontra-se adimplente em relação a esses contratos. (e) Em dezembro de 2012, a Companhia promoveu uma captação através de contrato de <i>covenant</i> de giro em montante de R\$6.000. Esta captação foi realizada em conformidade com as diretrizes de gestão e endividamento da Administração, bem como os principais objetivos: (a) assegurar o crescimento de 2012 e 2011 considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em taxas de crescimento contidas nas projeções da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As taxas de crescimento que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua, considerando melhora na produtividade do uso dos ativos da unidade CSU Contact e a taxa de desconto utilizada foi um intervalo entre 11,3% a.a. e 11,5% a.a. (2011 - 12% a.a.). Os resultados dos testes não indicaram perda de valor a ser reconhecida.		

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. 3.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar o resultado, a provisão é baseada em projeções de resultados e em outros fatores, incluindo a ocorrência de atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. 3.2 Provisões para passivos judiciais: As provisões para

	2012	2011
Salários a pagar	6.455	5.444
Encargos sociais	3.611	4.689
Provisão de férias	13.034	13.530
Outros	3.500	2.925
	1.797	1.378
	28.397	27.976

exceto quando indicado de outra forma

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

O saldo a receber de clientes corresponde, basicamente, ao faturamento dos serviços prestados, cujo recebimento ocorre substancialmente no mês subsequente, bem como a apropriação proporcional da receita pelos serviços prestados até o final do mês de competência e que serão faturados conforme definido nas cláusulas comerciais dos respectivos contratos.

	2012	2011
Contas a receber - circulante	47.751	41.914
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(104)	(20)
	47.647	41.894
Contas a receber - não circulante	14.497	14.593
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.369)	(13.369)
	1.128	1.224

A Companhia mantém registrado e integralmente provisionado, na data do balanço, no ativo não circulante, o valor de R\$11.052 (2011 - R\$11.052), referente a valor devido pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, decorrente da prestação de serviços objeto da primeira fase do contrato firmado com a CAIXA em 2005, atualmente em cobrança na esfera judicial conforme descrito na Nota 9(c). A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício na rubrica "Outras despesas operacionais".

	2012	2011
A vencer		
Em até um mês	40.164	34.999
	40.164	34.999
Vencidos		
Em até um mês	703	3.787
De um a dois meses	2.956	316
De dois a três meses	159	421
De três a quatro meses	17.781	1.354
Acima de quatro meses	17.780	15.630
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.473)	(13.389)
	8.615	8.119
	48.779	43.118

	2012	2011
Em 1º de janeiro	(13.389)	(9.819)
Provisão constituída	(296)	(3.724)
Contas a receber de clientes baixadas durante o período, como incorráveis		154
Valores não usados, revertidos	212	
Em 31 de dezembro	(13.743)	(13.389)
Ativo circulante	(104)	(20)
Ativo não circulante	(13.369)	(13.369)

	2012	2011
Cartões	1.056	776
Materiais adicionais	270	276
Outros	54	11
	1.380	1.063

7. PARTES RELACIONADAS

7.1 As transações com partes relacionadas resumem-se a doações realizadas ao Instituto CSU, para manutenção das suas atividades de capacitação de profissionais para o mercado de trabalho promovendo sua inclusão social por meio de cursos gratuitos de informática.

	2012	2011
Empresa		
Instituto CSU	159	120

7.2 Remuneração aos administradores: O valor-limite global anual de remuneração por serviços prestados pelo pessoal-chave da Administração, que inclui os Conselheiros de Administração e diretores estatutários, foi fixado para o exercício de 2012 em R\$5.880 (2011 - R\$ 5.875), conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2012.

	2012	2011
--	------	------

* continuação

expedido em dezembro de 2012 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. No caso da Companhia, o benefício fiscal resumiu-se a exclusão no lucro líquido e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido do valor correspondente a 60% do total de dispêndios em tais projetos que são classificáveis como despesas operacionais.

14. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009. Pela adesão ao novo programa de parcelamento, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como existência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. O saldo do passivo, circulante e não circulante, para amortização no período 60 meses, foi consolidado pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, restando, em 31 de dezembro de 2012, 22 meses para liquidação total. A movimentação dos valores devidos nos exercícios de 2012 e 2011 é demonstrada como segue:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	13.393	15.793
Adição	338	1.492
Atualização monetária	1.030	831
Reversão (i)		(1.320)
Pagamentos efetuados	(5.117)	(3.403)
Em 31 de dezembro	9.644	13.393
Passivo circulante	5.260	4.918
Passivo não circulante	4.384	8.475
	9.644	13.393

(i) A reversão de provisão em 2011, no montante de R\$1.320, foi reconhecida no terceiro trimestre e referiu-se a diversos débitos tributários inicialmente ingressados pela Companhia no REFIS IV que, porém, quando da consolidação pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, não tiveram sua exigibilidade reconhecida. Em função do prazo prescricional já ter sido alcançado, foi efetuada a reversão desse montante no resultado do exercício.

15. PASSIVOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

15.1 Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos judiciais:

	2012	2011
Tributários	41.864	35.920
Trabalhistas e previdenciários	8.531	7.565
Reclamações civis	201	150
	50.596	43.635

15.2 Os valores apresentados abaixo correspondem ao saldo de depósitos judiciais, relacionados ou não a processos judiciais provisionados, classificados no ativo não circulante:

	2012	2011
Tributários	40.569	35.389
Trabalhistas e previdenciários	24.283	16.526
Reclamações civis	879	852
	65.725	52.767

15.3 A movimentação do passivo judicial nos exercícios de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	43.635	35.483
Adições	9.756	10.908
Baixas	(6.414)	(3.857)
Transferência para REFIS		(1.365)
Atualizações monetárias	3.619	2.466
Em 31 de dezembro	50.596	43.635

15.4 Natureza dos passivos judiciais: A Companhia no curso normal de suas operações é parte envolvida em processos trabalhistas, civis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial e, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, suportada pela opinião de seus consultores legais externos.

(a) Tributárias - correspondem a divergências de interpretação da legislação, principalmente em relação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em milhares de reais;

à introdução do regime de incidência não cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), cujo montante em discussão de R\$ 38.780 (R\$ 33.794 em dezembro de 2011) está integralmente depositado judicialmente. (b) Contingências trabalhistas e previdenciárias - consideram o estágio atual dos processos em andamento em caso de perdas prováveis. (c) Ações civis - são relacionadas a ocorrências comuns aos processos inerentes à prestação dos serviços. 15.5 Perdas possíveis: A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2012	2011
Tributárias	3.261	3.087
Cíveis	19	643
Trabalhistas	30.301	26.768
	33.581	30.498

16. COMPROMISSOS

Para viabilizar suas atividades, a Companhia celebrou contratos de aluguel e de fianças bancárias, agrupados e caracterizados conforme segue: (a) **Contratos de aluguel:** Os contratos de aluguéis de imóveis vigentes em 31 de dezembro de 2012 possuem prazos remanescentes de até sete anos, com cláusula de renovação. Os pagamentos anuais futuros estimados são os seguintes:

Ano	2012	2011
2012	16.087	15.779
2013	16.087	13.071
2014	15.759	2.137
2015	16.526	
2016	17.353	
2017	17.924	
2018	14.365	
2019	6.033	
	104.047	30.987

Em setembro de 2012, foi celebrado o aditivo ao contrato de locação do site de operações denominado "AlphaView", localizado no município de Barueri, estendendo o prazo de locação para até agosto de 2019. (b) **Fianças bancárias:** Com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias apresentam as seguintes composições:

Modalidade	2012	2011
Fianças bancárias garantindo		
Contratos de aluguel (i)	15.848	19.129
Processos judiciais (ii)	9.708	9.634
Contratos de prestação de serviços (iii)	6.402	2.484
	31.958	31.247

(i) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o pagamento dos contratos de locação de imóveis. (ii) Garantia prestada por instituições financeiras para substituir depósitos judiciais em processos movidos contra a Companhia. (iii) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o cumprimento de contratos de prestação de serviço a clientes.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital: O capital subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto por 46.571.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **17.2 Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros tem sido constituída, desde o exercício de 2009, para viabilizar os programas de investimentos e de redução do endividamento previstos nos orçamentos de capital da Companhia, bem como para suportar a manutenção do saldo de ações mantidas em tesouraria, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **17.3 Ações em tesouraria:** Durante os exercícios de 2012 e 2011, estiveram em vigência quatro programas de recompra de ações de emissão própria, autorizados pelo Conselho de Administração, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, objetivando a criação de valor para os acionistas em razão do valor de cotação das ações da Companhia na Bolsa de Valores nos respectivos períodos quando deliberados e, também, como forma de garantir a boa gestão do Plano de Opções de Ações (Nota 20), atendendo integralmente às exigências definidas na Instrução CVM nº 10/80, conforme alterada. Informações sobre tais programas são apresentados a seguir:

	Quantidade de ações		Custo de aquisição por ação - em Reais				
	Autorizadas a adquirir	Adquiridas	Canceladas	Saldo em tesouraria	Média ponderada	Mínimo	Máximo
Em 31 de dezembro de 2012				798.500			
03/11/2010 a 03/11/2011	800.000	800.000		1.598.500	5,90	4,78	7,14
14/06/2011 a 13/06/2011	629.705	629.705		2.228.205	4,42	3,92	4,97
Ações canceladas (i)			(2.000.597)	227.608	5,45		
11/11/2011 a 09/11/2012	1.800.000	1.550.600		1.778.208	4,42	3,59	4,96
Em 31 de dezembro de 2012	250.000	183.800		183.800	4,24	4,11	4,38
				1.962.008			

de débitos com vencimentos e termos similares. O valor de mercado dos financiamentos aproxima-se dos valores contabilizados. (f) **Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice, apresentado no quadro a seguir, corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, enquanto o capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2012	2011
Índice de alavancagem financeira	0,22	0,22

(g) **Derivativos:** Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos. (h) **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O risco associado às transações relevantes mantidas pela Companhia está ligado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), o qual compõe o indexador de remuneração dos saldos de aplicações financeiras e dos saldos de financiamentos e de arrendamento mercantil financeiro, todos com spreads pré-fixados. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos saldos dos itens financeiros acima, ao qual a Companhia estava exposta na data de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes: (a) cenário provável - considerando a projeção da taxa média anual do CDI para os próximos 12 meses; (b) cenário II - com apreciação de 25% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 50% sobre o cenário provável. Para os saldos de Aplicações financeiras, os cenários II e III consideram depreciação das taxas. Para verificação da sensibilidade para cada cenário foram calculadas as respectivas remunerações brutas, de receita ou despesa financeira para esses ativos e passivos financeiros, respectivamente, para os próximos doze meses, apresentados a seguir:

	Ativos (passivos) financeiros		Receitas (despesas) financeiras			
	2012	2011	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	18.766	26.595	CDI	1.304	988	663
				7%	5,25%	3,5%
Arrendamento mercantil financeiro	(22.463)	(31.829)	CDI	(2.991)	(3.260)	(3.520)
				7%	8,75%	10,5%
Financiamentos	(38.435)	(36.812)	CDI	(3.833)	(4.380)	(4.911)
				7%	8,75%	10,5%

20. PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES

Na AGE realizada em 2 de abril de 2007 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do website da Companhia - www.csu.com.br, sendo atribuído ao Conselho de Administração a gestão do referido plano. Em relação ao referido plano, até 31 de dezembro de 2012 foram emitidos os seguintes Programas: (a) **Programa de 2007:** O Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 contempla, atualmente, 9 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 0,09% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 42,7 mil ações ordinárias. As opções podem ser exercidas desde 29 de maio de 2010, com um ciclo de carência, que corresponde ao seguinte: 50% do lote de ações outorgadas a partir do término do 2º ano e 50% a partir do término do 3º ano. (b) **Programa de 2008:** O Programa de Opção de Compra de Ações de 2008 contempla, atualmente, 13 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 0,30% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 142 mil ações ordinárias. As opções podem ser exercidas a partir de 27 de abril de 2011, com o mesmo ciclo de carência do Programa de 2007, descrito acima. O preço de concessão, para ambos programas, foi baseado no valor médio de mercado das ações da Companhia nos últimos 40 pregões da BM&FBovespa anteriores à data de aprovação da indicação dos beneficiários e será atualizado de acordo com a variação do IPCA desde a outorga das opções até o mês anterior ao exercício da opção. O beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, exercer ou não as suas opções à medida que estas forem se tornando exercíveis, ou postergar este exercício para o momento que julgar mais adequado, desde que seja respeitado o prazo máximo, que é de 6 (seis) anos, contados a partir da outorga do respectivo programa anual. O quadro a seguir resume a movimentação das opções com ações ordinárias, considerando-se que não houve novas outorgas, bem como exercícios de compra para ambos os programas.

	Quantidade de ações ordinárias		Preço em Reais na data da outorga
	2012	2011	
Opções outorgadas - Programa de 2007	58.285	4,78	
Opções outorgadas - Programa de 2008	207.000	4,73	
	265.285		
Opções em vigor em 1º de dezembro	189.688	194.688	
Opções canceladas	(5.000)	(5.000)	
Opções em vigor em 31 de dezembro	184.688	189.688	

DIRETORIA

Marcos Ribeiro Leite Diretor Presidente	Mônica Hojaji Carvalho Molina Diretora de RI e Desenvolvimento Corporativo	Ricardo José Ribeiro Leite Diretor Financeiro	Mary Mizuno Santa Helena Diretora de Desenvolvimento de Negócios e Marketing	Contador Responsável Sergio Luiz da Silva Ribeiro - CRC: 1R/078679/O-7 Sº SP
--	---	--	---	---

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Ribeiro Leite Presidente do Conselho	Antonio Fadiga Guilherme Goulart Pacheco	Ricardo José Ribeiro Leite Rubens Barbosa
--	---	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

complementados por notas explicativas, bem como o demonstrativo elaborado pela Administração para destinação do resultado, o orçamento de capital e o estudo técnico de viabilidade sobre a realização do ativo fiscal diferido (inciso II do artigo 2º, da Instrução CVM nº 371/2002).

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório, sem ressalvas, desta data, da Ernst & Young Terco Auditores Independentes,

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSU CardSystem S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 9 as demonstrações financeiras, os gastos incorridos com licença e customização de *software* específico ao projeto com a Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), registrados no ativo intangível, os quais não vêm sendo utilizados tendo em vista o aguardo de realização de perícia judicial, de acordo com a medida cautelar de produção antecipada de provas, impetrada pela Companhia em 20 de agosto de 2007, onde busca resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos incluindo, entre outros, esses ativos, no montante de R\$ 18.707 mil (31 de dezembro de 2011 - R\$ 18.707 mil). Além dessa medida, existem outras discussões judiciais e que envolvem pleito, pela Companhia, de indenizações e multas por danos causados e ações indenizatórias pleiteadas pela CAIXA. A Administração da Companhia, baseada nas avaliações de seus assessores jurídicos, entende que terá êxito nas discussões judiciais em andamento e que, particularmente em relação à recuperação dos referidos ativos, os mesmos ocorrerão tendo por base o direito contratual de cobrar a CAIXA, ou ainda, a capacidade de realização dos investimentos efetuados por meio da utilização na prestação de serviços à outros clientes. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não incluem

exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações ordinárias em vigor em 31 de dezembro de 2012:

Programa	Preço de exercício das outorgas em Reais	Quantidade	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício em Reais
2007	11,78	42.688	17	11,78
2008	4,71	142.000	28	4,71

No exercício de 2011 foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra de Ações Ordinárias, no montante de R\$62 (2011 - R\$50).

21. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros na data dos balanços:

Ramos	2012	2011
Seguro compreensivo empresarial	149.108	151.131
Execução de prestação de serviços	1.470	1.470
Responsabilidade civil	30.644	22.111
Seguro de veículos	2.243	4.500
	183.465	179.212

22. RECEITA LÍQUIDA

	2012	2011
Receita bruta de prestação de serviços	405.663	427.611
Deduções da receita bruta		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	(8.219)	(9.661)
Programa de Integração Social (PIS) e COFINS	(19.383)	(20.346)
Contribuição Previdenciária Patronal	(5.085)	
Receita líquida de prestação de serviços	372.976	397.603

Em abril de 2012, iniciou para a Companhia a vigência da Lei nº 12.546/11 que, dentre outras providências, alterou temporariamente, no período de abril de 2012 até dezembro de 2014, a sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária patronal para determinados setores da economia. A Companhia é alcançada por este dispositivo por prestar serviços de tecnologia da informação (TI), de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de *Call center*, além de outras atividades não abrangidas. Nos termos da referida legislação, considerando as alterações, inclusões e regulamentações posteriores, a Companhia deixará de recolher a contribuição calculada à alíquota de 20% sobre a folha de pagamento, passando a recolher o montante correspondente ao somatório de: 1) 2,5% até julho de 2012 e 2% de agosto de 2012 a dezembro de 2014, sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, relativos às atividades de TI, TIC e *Call center*; e 2) 20% sobre a folha de pagamento, reduzindo-se o valor apurado ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de TI, TIC e *Call center* e a receita bruta total. Tendo em vista essa nova sistemática de apuração introduzida no exercício de 2012, a Companhia classificou a parcela da contribuição que passou a ser calculada com base na receita bruta como uma dedução da mesma.

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Custo dos serviços prestados		Despesas com vendas, gerais e administrativas	
	2012	2011	2012	2011
Mão de obra	150.281	172.130	27.554	29.492
Consumo de cartões	5.870	3.174		
Consumo e entrega de prêmios	12.130	12.201		
Materiais operacionais	1.649	1.382	556	574
Expedição	30.386	24.609	169	255
Comunicação	7.896	8.586	1.341	980
Serviços contratados	5.588	6.211	7.793	8.430
Equipamentos/móveis	4.751	4.231	330	352
Aluguel/manutenção de <i>software</i>	3.774	3.939	672	1.320
Depreciação e amortização	25.754	21.838	1.654	1.931
Ocupação	28.411	31.448	5.466	5.408
Propaganda/relacionamento	229	286	4.597	2.959
Outros	3.710	4.259	5.955	7.320
	280.429	294.294	56.087	59.021

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2012	2011
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	1.666	1.391
Juros e multa moratória ativa	3.822	6.546
	5.488	7.937
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(6.721)	(8.389)
IOF	(316)	(887)
Varição monetária passiva	(3.757)	(3.648)
Despesas bancárias	(748)	(779)
Juros e multa moratória passiva	(260)	(214)
Outros	(66)	(962)
	(11.868)	(14.879)
	(6.380)	(6.942)

25. GASTOS COM REESTRUTURAÇÃO

Os gastos com reestruturação no exercício de 2012, realizados entre os meses de março e julho, no montante de R\$1.665, referem-se a des